Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.

CNPJ nº 02.102.498/0001-29

MetLife

Navigating life together

Relatório da Administração

Apresentamos aos nossos acionistas, parceiros de negócios, colaboradores e clientes as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. - MetLife.

Sobre Nós

A MetLife, Inc. (NYSE: MET), por meio de suas subsidiárias e afiliadas ("MetLife"), é uma das principais empresas de serviços financeiros do mundo, oferecendo seguros, benefícios para funcionários e gestão de ativos para ajudar clientes individuais e corporativos a criarem um futuro mais seguro. Fundada em 1868, a empresa opera em mais de 40 países e ocupa posições de liderança de mercado nos Estados Unidos, Japão, América Latina, Ásia, Europa e Oriente Médio. Com mais de 100 milhões de clientes a nível global, obteve, no exercício de 2021, a arrecadação consolidada de prêmios, tarifas e outras receitas de US$ 71,1 bilhões e alcançou ativos de US$ 759,7 bilhões.

No Brasil desde 1999, a Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A (MetLife) comercializa seguros de pessoas e previdência complementar aberta. Com sede na cidade de São Paulo, a empresa possui mais de 500 colaboradores, opera com mais de 21 filiais espalhadas pelo país com o auxílio de sua rede composta por mais de 20 mil corretores cadastrados e parceiros comerciais. Atualmente, possui mais de 5,5 milhões de vidas seguradas.

Participação setorial e compromissos

A MetLife busca continuamente participar da implementação e da discussão de iniciativas que possam trazer benefícios para o setor e para a sociedade. Por isso, ocupa a diretoria de entidades como o Sindicato das Empresas de Seguros e Resseguros (SindSeg), em Santa Catarina, da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) e da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi); além de integrar comissões e grupos de discussão junto à Susep - Superintendência de Seguros Privados - e CNseg - Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

Desempenho

No exercício de 2021, os ativos totais da MetLife fecharam em um patamar de R$ 3,3 bilhões (R$ 3,1 bilhões em 2020) e o patrimônio líquido alcançou R$ 634,7 milhões (R$ 800,7 milhões em 2020), com prejuízo líquido de R$ 236,5 milhões (R$ 20,0 milhões de lucro líquido em 2020).

Os resultados do balanço reiteram diretamente o compromisso da Companhia de apoiar seus clientes, ajudando na construção de um futuro mais seguro e tranquilo para eles e suas famílias, já que refletem também os valores de sinistros pagos aos segurados e respectivos beneficiários, especialmente ocasionados pela pandemia de Covid-19. Em 2021, a MetLife esteve presente ao lado de seus clientes, apoiando aproximadamente 8.000 famílias para reduzir ao máximo os impactos causados pela pandemia, sendo responsável pelo pagamento de 5% das indenizações de todo o mercado segurador. Além das indenizações, a companhia se solidarizou com as famílias neste período difícil, implementando ou apoiando diversas iniciativas para mitigar os impactos da pandemia no País, entre elas ações sociais e educativas, iniciativas em prol da saúde e bem-estar, ou mesmo a doação direta de valores ou itens de prevenção para instituições, hospitais e comunidades espalhadas em todo o Brasil.

No acumulado do ano, a MetLife apoiou seus clientes e suas famílias por mais de R$ 857 milhões em indenizações (R$ 497 milhões em 2020). Este valor corresponde a 32.241 sinistros pagos (25.211 em 2020). No mesmo período, o índice de sinistralidade obtido foi de 83,1% (55,6% em 2020).

Ao mesmo tempo, como receitas, os Prêmios de Seguros em 2021 cresceram 12% alcançando R$ 1.157,2 milhões (R$ 1.037,4 milhões em 2020). Por sua parte, as provisões técnicas que amparam o crescimento totalizaram R$ 2,2 bilhão (R$ 1,8 bilhão em 2020).

Este comprometimento também se traduz em solidez. Excluindo as indenizações pagas por Covid-19 a MetLife teria registrado cerca de R$ 70 milhões de lucro.

Cabe destacar que os principais efeitos de Sinistros relacionados à Covid foram nos seguros de Vida em Grupo, coerente com a representatividade da Metlife como uma das principais seguradoras de Vida em Grupo apoiando os colaboradores de nossos clientes.

Evidenciando o compromisso da Metlife com a operação no Brasil, a matriz aprovou aportes de capital por $286 milhões, tendo sido feito $183 milhões durante o último trimestre de 2021 e outros $103 milhões já em fevereiro de 2022. Juntos, estes aportes superam amplamente o prejuízo de 236 milhões em 2021, resultado de nosso forte propósito e compromisso de estar sempre com nossos clientes construindo um futuro mais seguro.

Contexto Econômico

A pandemia da Covid-19, decretada em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde - OMS, trouxe um cenário bastante desafiador para a economia em geral, incluindo o setor de seguros. E os impactos se mantiveram no ano de 2021, refletindo não só na queda da atividade econômica de maneira generalizada e no aumento dos programas de apoio governamental, como também nos resultados financeiros de empresas de diversos setores. Este cenário impactou em uma redução considerável do consumo e levou a um aumento do desemprego e na continuidade de redução da taxa Selic pelo Banco Central.

Desde que foi decretada, a MetLife rapidamente se esforçou para garantir um cenário positivo e acolhedor a todos os públicos com os quais se relaciona no País. Ao se solidarizar com as famílias neste período difícil, aderiu ao movimento #NãoDemita e destinou recursos financeiros, por meio da MetLife Foundation, para projetos sociais e de saúde e bem-estar, que impactaram a vida e a saúde de milhares de brasileiros. Desde o início da pandemia, foram destinados mais de R$ 1 milhão para ajudar pacientes do Hospital Santa Marcelina; foram doados kits de higiene e alimentos a mais de 2 mil famílias, de 20 comunidades espalhadas pelo País por meio de um aporte financeiro para a ONG Habitat pela Humanidade Brasil e em parceria com a Sésamo (Sesame Workshop), diversas iniciativas em educação financeira foram desenvolvidas e somadas a orientações sobre saúde e dicas de higiene para comunidades desfavorecidas no País.

Ainda que monitorando os efeitos relacionados à Covid-19, a MetLife não deixou de dar continuidade aos seus planos de expansão, digitalização e concretização das estratégias de negócios. Tanto que, o prêmio emitido durante ano de 2021 alcançou 14,1% de crescimento. Estas ações permitiram manter os níveis de atendimento aos clientes e o relacionamento contínuo com os parceiros de negócios e demonstram a capacidade da MetLife de continuar crescendo com excepcional disciplina de despesas, manutenção da geração de caixa e ampla suficiência de capital.

A Administração segue acompanhando a evolução da pandemia e procura manter as ações pertinentes relativas aos impactos Financeiros, Patrimoniais, Resultados, Fluxos de Caixa e Indicadores.

Agenda ESG

A agenda ESG é de extrema importância para a MetLife, fundamental para assegurar uma governança em sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental e monitorar os impactos gerados em toda a cadeia de valor impactada pelas nossas ações. Por este motivo, além de estruturarmos a nossa estratégia de forma a contribuir com a construção de uma agenda ESG efetiva, participamos ativamente do comitê da Susep - Superintendência de Serviços Privados - para discutir esta regulamentação no nosso mercado e esperamos que isso traga mais eficiência e produtividade para todos.

Desde 2020, a MetLife alicerçou globalmente suas ações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) e ao cumprimento de 11 metas ambientais globais até 2030 dentro dos pilares de sustentabilidade ambiental, equidade e inclusão, saúde e bem-estar e desenvolvimento sustentável. Nossos compromissos incluem desde manter a neutralidade nas emissões de carbono até investir US$ 5 milhões no desenvolvimento de ações, que impulsionem soluções climáticas, tais como: a plantação de árvores e originar US$ 20 bilhões em novos investimentos verdes; a redução das emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa) com base na localização em 30% de 2019 a 2030 e a obtenção da certificação de construção ecológica ou saudável para 40% de nosso portfólio global de escritórios.

Internamente, adotamos diversos procedimentos que visam garantir que nossa Governança Corporativa siga critérios e padrões de transparência e boas práticas, tal como rege a política adotada pela matriz nos Estados Unidos, dando grande importância à manutenção de adequados processos de controles internos e estrito cumprimento das políticas e procedimentos estabelecidos pela Administração, e pelos reguladores (*Compliance*).

Todos os procedimentos são formalizados dentro de uma série de políticas, códigos de conduta, documentos e comitês, que regem e controlam o funcionamento da empresa e suas relações com todos os públicos de interesse. Além disso, a empresa possui políticas internas de combate à corrupção e discriminação, valorizando a diversidade, equidade e inclusão em todas as áreas.

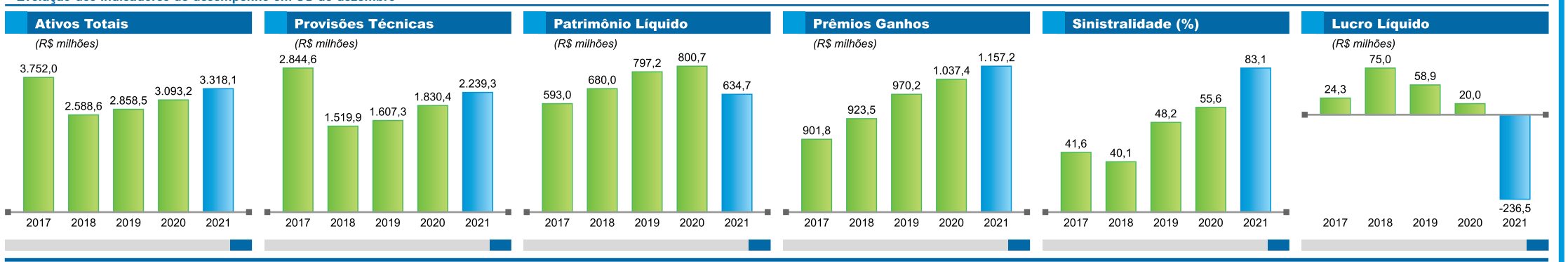
A Deloitte e a KPMG empresas de auditoria externa e a área de auditoria interna gerenciada diretamente pela matriz, são os órgãos independentes que prestam serviços de auditoria para a companhia.

Compromisso e agradecimentos:

A MetLife tem o compromisso em aperfeiçoar suas políticas e ferramentas e segue investindo em treinamento de colaboradores voltados aos processos de prevenção a fraudes, lavagem de dinheiro e comportamento ético, seguindo aos preceitos estabelecidos pelo grupo MetLife e pelos normativos regulatórios. Agradecemos à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, aos nossos parceiros de negócios, clientes em geral e aos nossos colaboradores, pelo empenho e competência dedicados à Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., promovendo uma constante melhoria dos produtos e serviços oferecidos aos nossos clientes.

A Administração.

Evolução dos indicadores de desempenho em 31 de dezembro



Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

A T I V O	Nota Explicativa	2021	2020
Circulante		**1.505.526**	**1.575.954**
Disponível		**12.748**	**9.454**
Caixa e bancos		12.748	9.454
Aplicações	**7**	**977.647**	**1.098.048**
Títulos de renda fixa - Privados		8.003	5.876
Títulos de renda fixa - Públicos		41.380	201.564
Quotas de fundos de investimento		928.264	890.608
Créditos das operações com seguros e resseguros	**8**	**331.610**	**330.092**
Prêmios a receber		264.295	283.357
Operações com seguradoras		7.809	14.513
Operações com resseguradoras	9.a)	59.506	32.222
Outros créditos operacionais		**28.759**	**27.917**
Ativos de resseguro - Provisões técnicas	**9.b)**	**21.662**	**9.367**
Títulos e créditos a receber		**32.480**	**20.355**
Títulos e créditos a receber		4.000	4.290
Créditos tributários e previdenciários	10	28.155	15.718
Outros créditos		325	347
Despesas antecipadas		**2.364**	**879**
Operacionais		67	-
Despesas administrativas		2.297	879
Custos de aquisição diferidos	**14.a)**	**98.256**	**79.842**
Seguros		98.256	79.842
Não circulante		**1.812.545**	**1.517.284**
Realizável a longo prazo		**1.776.077**	**1.493.073**
Aplicações	**7**	**1.196.689**	**1.105.738**
Títulos de renda fixa - Privados		53.522	72.371
Títulos de renda fixa - Públicos		1.143.167	1.033.367
Créditos das operações com seguros e resseguros	**8**	**5.797**	**7.982**
Prêmios a receber		4.222	4.753
Operações com seguradoras		1.575	3.229
Títulos e créditos a receber		**459.884**	**291.887**
Créditos tributários e previdenciários	10	274.233	90.915
Depósitos judiciais e fiscais	14.d e 17	185.265	199.738
Outros créditos operacionais		386	1.234
Outros valores e bens	**22. a)**	**9.437**	**-**
Despesas antecipadas		**136**	**-**
Operacionais		130	-
Despesas administrativas		6	-
Custos de aquisição diferidos	**14.a)**	**104.134**	**87.466**
Seguros		104.134	87.466
Imobilizado		**8.515**	**7.718**
Bens móveis		7.465	6.511
Outras imobilizações		1.050	1.207
Intangível	**11**	**27.953**	**16.493**
Ágio em investimentos incorporados		8.277	8.277
Outros intangíveis		19.676	8.216
Total do ativo		**3.318.071**	**3.093.238**

P A S S I V O	Nota Explicativa	2021	2020
Circulante		**2.017.122**	**1.631.539**
Contas a pagar		**62.936**	**65.999**
Obrigações a pagar	12	37.264	42.503
Impostos e encargos sociais a recolher		7.751	11.242
Encargos trabalhistas		8.159	8.500
Impostos e contribuições		7.867	1.080
Outras contas a pagar		1.895	2.674
Débitos de operações com seguros e resseguros		**151.126**	**130.470**
Prêmios a restituir		1.221	251
Operações com seguradoras		518	589
Operações com resseguradoras	9.c)	35.842	29.910
Corretores de seguros e resseguros		81.451	81.849
Outros débitos operacionais		32.094	17.871
Depósitos de terceiros	**13**	**35.315**	**31.931**
Provisões técnicas - Seguros	**14.a)**	**1.194.147**	**919.530**
Pessoas		762.498	615.104
Vida individual		282.211	134.649
Vida com cobertura de sobrevivência		149.438	169.777
Provisões técnicas - Previdência complementar	**15**	**570.190**	**483.609**
Planos não bloqueados		3.530	1.750
PGBL		566.660	481.859
Débitos diversos	**22. a)**	**3.408**	**-**
Não circulante		**666.211**	**661.000**
Contas a pagar		**36.624**	**84.492**
Tributos diferidos		36.624	84.492
Débitos de operações com seguros e resseguros		**2.306**	**6.481**
Operações com seguradoras		4	4
Operações com resseguradoras	9.c)	2.302	6.477
Provisões técnicas - Seguros	**14.a)**	**399.414**	**380.835**
Pessoas		348.051	334.370
Vida individual		51.362	46.447
Vida com cobertura de sobrevivência		1	18
Provisões técnicas - Previdência complementar	**15**	**75.598**	**46.445**
Planos não bloqueados		48.971	38.476
PGBL		26.627	7.969
Outros débitos	**17**	**152.269**	**142.747**
Provisões judiciais		146.190	142.747
Débitos diversos	22. a)	6.079	-
Patrimônio líquido	**18**	**634.738**	**800.699**
Capital social	18.a)	585.055	556.249
Aumento de capital (em aprovação)		183.154	-
Reservas de lucros	18.b)	-	156.684
Ajustes de avaliação patrimonial	18.c)	(24.525)	87.766
Prejuízos acumulados		(108.946)	-
Total do passivo		**3.318.071**	**3.093.238**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	2021	2020
Prêmios emitidos		**1.318.819**	**1.156.136**
Contribuição para cobertura de riscos		208	172
Variações das provisões técnicas de prêmios		(161.799)	(118.927)
Prêmios ganhos	**19.a)**	**1.157.228**	**1.037.381**
Sinistros ocorridos	19.b)	(962.076)	(576.546)
Custos de aquisição	19.c)	(466.403)	(380.369)
Outras receitas e despesas operacionais	19.d)	(51.498)	(25.198)
Resultado com operações de resseguros	**19.e)**	**29.475**	**(10.059)**
(+) Receita com resseguro		67.438	23.278
(-) Despesa com resseguro		(37.963)	(33.337)
Rendas de contribuições e prêmios		88.732	57.422
(-) Constituição da provisão de benefícios a conceder		(89.127)	(58.303)
(=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		**(395)**	**(881)**
Variação de outras provisões técnicas		(2.730)	2.095
Despesas administrativas	19.f)	(174.126)	(152.479)
Despesas com tributos	19.g)	(25.601)	(42.813)
Resultado financeiro	19.h)	104.854	166.240
Resultado operacional		**(391.272)**	**17.371**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	19.i)	-	(3.489)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		**(391.272)**	**13.882**
Imposto de renda	20	96.854	4.008
Contribuição social	20	57.937	2.069
Lucro/prejuízo líquido do exercício		**(236.481)**	**19.959**
Quantidade lote de mil ações		**736.137**	**515.014**
Lucro/prejuízo líquido por ação		**(0,32)**	**0,04**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2021	2020
Lucro/prejuízo líquido do exercício	**(236.481)**	**19.959**
Outros resultados abrangentes:		
Ativos financeiros disponíveis para venda	**(112.291)**	**(19.711)**
Ajuste com títulos e valores mobiliários	(187.152)	(32.851)
Efeitos tributários	74.861	13.140
Resultado abrangente total do exercício	**(348.772)**	**248**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Notas explicativas	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros: Demais reservas de lucros	Reservas de lucros: Dividendos adicionais propostos	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros/ prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**522.453**	**-**	**141.465**	**25.771**	**107.477**	**-**	**797.166**
Aumento de capital com juros sobre o capital próprio - AGE de 30/03/2020 e portaria SUSEP 372 de 01/06/2020	18.a)	33.796	-	-	(25.771)	-	-	8.025
Ajustes de avaliação patrimonial	18.c)	-	-	-	-	(19.711)	-	(19.711)
Distribuição de reserva de lucros na forma de juros sobre o capital próprio (adicional) - R$ 0,03 por ação		-	-	(14.928)	14.928	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	19.959	19.959
Destinações:								
Reserva legal	18.b)	-	-	998	-	-	(998)	-
Juros sobre o capital próprio (dividendo mínimo obrigatório) - R$ 0,01 por ação	18.d)	-	-	-	-	-	(4.740)	(4.740)
Juros sobre o capital próprio (adicional) - R$ 0,03 por ação	18.d)	-	-	-	14.221	-	(14.221)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**556.249**	**-**	**127.535**	**29.149**	**87.766**	**-**	**800.699**
Aumento de capital com dividendos adicionais propostos: - AGE de 30/03/2021 e portaria SUSEP 248 de 05/07/2021	18.a)	28.806	-	-	(28.806)	-	-	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio		-	-	-	(343)	-	-	(343)
Aumento de capital em dinheiro	18.a)	-	183.154	-	-	-	-	183.154
Ajustes de avaliação patrimonial	18.c)	-	-	-	-	(112.291)	-	(112.291)
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	(236.481)	(236.481)
Compensação de prejuízo		-	-	(127.535)	-	-	127.535	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**585.055**	**183.154**	**-**	**-**	**(24.525)**	**(108.946)**	**634.738**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Atividades operacionais	2021	2020
Lucro/prejuízo líquido do exercício	(236.481)	19.959
Ajustes para:	**10.108**	**10.387**
Depreciações e amortizações	5.824	3.690
Perdas (reversão de perdas) por redução do valor recuperável dos ativos	(746)	241
Amortização de ativos intangíveis	2.304	2.064
Baixa dos ativos intangíveis	-	3.489
Juros e variações monetárias sobre provisões judiciais	2.726	903
Variação nas contas patrimoniais:	**97.421**	**4.885**
Ativos financeiros	(157.702)	(200.054)
Créditos das operações de seguros e resseguros	27.856	(4.343)
Ativos de resseguro	(39.579)	(13.632)
Créditos fiscais e previdenciários	(12.437)	(9.509)
Ativo fiscal diferido	(183.318)	(10.965)
Despesas antecipadas	(1.621)	574
Custo de aquisição diferidos	(35.082)	(32.649)
Outros ativos	(11.515)	(29)
Depósitos judiciais e fiscais	14.473	667
Fornecedores e outras contas a pagar	(6.018)	(39)
Impostos e contribuições	7.792	14.406
Débitos de operações com seguros e resseguros	16.482	4.521
Depósitos de terceiros	3.385	1.093
Provisões técnicas - Seguros e resseguros	322.121	201.957
Provisões técnicas - Previdência complementar	115.733	33.050
Outros passivos	36.136	8.445
Provisões judiciais	715	11.392
Caixa gerado (consumido) pelas operações	**(128.952)**	**35.231**
Juros pagos	(28.925)	(11.878)
Impostos sobre o lucro pagos	(4.838)	(16.194)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**(162.715)**	**7.159**
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(3.381)	(1.554)
Intangível	(13.764)	(2.676)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(17.145)**	**(4.230)**
Atividades de financiamento	**-**	**-**
Aumento de capital	183.154	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**183.154**	**-**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**3.294**	**2.929**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.454	6.525
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.748	9.454

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede localizada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1.253 - São Paulo, estado de São Paulo, cuja controladora é a Metlife Inc., uma sociedade de capital aberto devidamente constituída no estado de Nova York nos Estados Unidos da América, localizada na 1.095 Avenue of the Americas, Nova York, e tem como objetivo principal a comercialização, em todo território nacional, de seguros de pessoas, nas modalidades individual e em grupo, e de planos de previdência complementar aberta.

No exercício de 2021 a Seguradora, em decorrência da pandemia causada pelo Covid-19, apresentou elevado índice de sinistralidade no segmento de Vida, contribuindo assim na geração do prejuízo para o referido exercício no valor de R$ 236.481. Diante de tal situação, a Seguradora efetueou uma série de ações para endereçar tal situação. As informações contendo o detalhamento dos impactos do evento Covid-19 nas demonstrações financeiras e as ações tomadas pela Seguradora encontram-se divulgadas na nota explicativa n 4.9.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e alterações posteriores, incluindo eventuais modificações introduzidas pelos artigos 110 e 118 da Circular SUSEP nº 648/21, que no caso da Seguradora, não identificou impactos significativos nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A emissão destas demonstrações financeiras, elaboradas para a data-base de 31 de dezembro de 2021, foram aprovadas pela Diretoria em 24 de Fevereiro de 2022.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Os ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora estão divulgadas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, requer a aplicação de políticas contábeis que podem envolver níveis de julgamento significativos. Os valores determinados por estimativas ou a partir de premissas podem diferir, significativamente, dos valores reais a serem apurados e reportados futuramente.

As seções abaixo descrevem as principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras.

a) Moeda funcional

Nas demonstrações financeiras os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Seguradora atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R$, que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora.

b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

c) Apuração de resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência. Para os produtos de risco, o fato gerador da receita é a emissão da apólice/certificado/endosso, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão, e para os produtos de acumulação financeira, o fato gerador da receita é o recebimento das contribuições.

d) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidade em moeda nacional e instrumentos financeiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Seguradora para atender a compromissos de caixa de curto prazo e conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa. Em 31 de dezembro de 2021, eram compostos, somente, por saldos de Caixa e Bancos.

e) Ativos financeiros

A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido, principalmente, para ser vendido a curto prazo;
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Seguradora administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo;
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "*hedge*" efetivo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluídos na rubrica "Resultado financeiro", na demonstração do resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos e não classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidos no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em "Ajuste de avaliação patrimonial", líquidos dos seus correspondentes efeitos tributários, no patrimônio líquido.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

f) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento. Quando não são transferidos nem retidos, substancialmente, os riscos e benefícios, a Seguradora avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar sua manutenção no ativo.

A Seguradora baixa passivos financeiros, somente quando as obrigações da Seguradora são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Continua...

Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.

CNPJ nº 02.102.498/0001-29

MetLife

Navigating life together

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

g) Reclassificação de ativos financeiros

A Seguradora não reclassifica um ativo financeiro da categoria de mensurado ao valor justo através do resultado enquanto ele estiver na carteira, de acordo com as especificações do CPC 38.

h) Redução ao valor recuperável de ativos

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Provisões para risco sobre crédito: as provisões para riscos de crédito são calculadas, de acordo com estudo elaborado pela Administração, em conformidade os seguintes principais critérios: (i) a provisão sobre prêmios diretos a receber leva em consideração o histórico de cancelamento das apólices por inadimplência, acrescido de um percentual para possível perda esperada; e (ii) a provisão para operações a receber de cosseguro e resseguro mediante histórico de negociação dos recebíveis com as congêneres e com histórico de perda.

Os ativos não financeiros são analisados com a finalidade de verificar se há perda por redução ao valor de recuperação de ativos e medir a eventual perda com o objetivo de constituir quando aplicável, a redução ao valor de recuperação de ativos não financeiros.

O imobilizado e outros ativos não financeiros foram revisados para identificar evidências de perdas não recuperáveis. A Seguradora não apurou a necessidade de contabilização de provisão para perda sobre o imobilizado e outros ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2021.

i) Custos de aquisição diferidos

As comissões e agenciamentos são diferidos e refletidos no saldo da conta "Custos de aquisição diferidos" de acordo com o prazo de vigência das apólices de seguros ou com a estimativa de persistência dos segurados para os seguros de longo prazo. O prazo médio de amortização é de 36 meses para os produtos de Vida Individual, 42 meses para os produtos comercializados por meio de prêmio único e 12 meses para os demais produtos de vida em grupo.

Premissas:

- Seguro de vida (regime de capitalização): é considerada a experiência de persistência da própria carteira;
- Seguro de vida (regime de repartição simples): os custos diferidos são apropriados aos resultados mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices.

j) Ativos relacionados a resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações para com os segurados.

k) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Os demais ativos circulante e realizável a longo prazo são representados ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e a redução ao valor recuperável.

l) Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada de dez anos para móveis, utensílios, equipamentos de comunicação e instalações e de cinco anos para equipamentos de processamento de dados.

As benfeitorias em imóveis de terceiros estão demonstradas ao custo de aquisição, depreciadas pelo método linear com base no prazo estimado de benefício.

m) Intangível

Refere-se, preponderantemente a: (a) direito de uso da base de clientes de terceiros para fins de negociação de produtos de seguros, os quais são amortizados levando em consideração a persistência dos prêmios, cujo prazo médio é de dez anos; (b) ágios de rentabilidade futura pagos na aquisição de investimento já incorporado, deduzido das amortizações até 2008. O saldo do ágio é avaliado pelo teste de recuperabilidade; e (c) os direitos de uso de software estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo amortizados pelo método linear com base no prazo estimado de benefício de cinco anos.

n) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Contas a pagar" e "Débitos de operações com seguros". Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive, quando aplicável, honorários, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

o) Provisões técnicas

Estão demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas:

- A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio de seguro correspondente ao período de risco a decorrer dos prêmios já emitidos, calculada pelo método "*pro rata die*", em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP;
- A Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é constituída para cobrir o valor esperado de prêmios referentes aos riscos vigentes pendentes de emissão. Essa provisão é obtida por meio de metodologia específica em Nota Técnica Atuarial, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP;
- A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores esperados a pagar relativos aos sinistros avisados até a data-base de cálculo. Para os processos administrativos, a provisão é constituída com base nas notificações dos sinistros recebidos pela Seguradora até o encerramento do exercício e contempla, na data da sua avaliação, a quantia total das indenizações a pagar por sinistros avisados deduzidos da parcela relativa à recuperação de cosseguros cedidos. Para os processos judiciais a provisão é calculada verificando-se o risco a partir da análise da demanda judicial, atendo-se ao risco para cada uma das demandas trazidas à apreciação, o valor pedido e o valor sugerido pela administração, levando-se em consideração a probabilidade do desembolso financeiro e atualização monetária dos processos, baseado na análise do departamento jurídico interno da seguradora, que leva em consideração o histórico passado e o curso das ações. A PSL é ajustada pela provisão IBNeR (Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados), que tem como objetivo estimar o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. O IBNeR é calculado através da diferença entre o IBNR Global e o IBNR, que são calculados pela aplicação de fatores de desenvolvimento de sinistros apurados por meio de triângulos de "*run-off*";
- A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída para cobrir os valores esperados a liquidar referente aos sinistros ocorridos e não avisados até a data-base do cálculo, incluindo as operações de cosseguros aceito, bruto das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. O valor esperado da provisão é obtido por meio de metodologia específica em Nota Técnica Atuarial que consiste na aplicação de fatores de desenvolvimento de sinistros ocorridos mas não avisados apurados por meio de triângulos de "*run-off*", em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP;
- A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para cobrir os valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros e benefícios, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP;
- A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP;
- A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) é constituída, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados dos planos de previdência complementar e de seguros de vida estruturados no regime financeiro de capitalização, sendo calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do plano ou produto, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP;
- A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) é constituída, após ocorrido o evento gerador do benefício, para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados dos planos de previdência complementar e de seguros de vida estruturados no regime financeiro de capitalização e de repartição por capitais de cobertura, sendo calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do plano ou produto, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP;
- A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos na operacionalização de seus contratos, caso haja sua previsão contratual, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP;
- A Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR) abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a seguradora receptora, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP.

p) Teste de adequação do passivo

Semestralmente, o teste de adequação do passivo é efetuado para verificar a adequação dos passivos de seguro líquidos dos custos de aquisição relacionados e com o objetivo de averiguar a adequação do montante registrado contabilmente a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pela SUSEP.

Para efetuar esse teste, a Administração utiliza as melhores estimativas dos fluxos de caixa futuros, sinistros e despesas administrativas e incrementais a de liquidação de sinistros. Os fluxos de caixa futuros são descontados a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco, conforme determinado pela SUSEP.

Contratos de seguro de longo prazo são mensurados com base em premissas do início do contrato. Quando o teste de adequação requer a adoção de novas premissas, essas novas premissas são usadas prospectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2021, a Provisão Complementar de Cobertura derivada do teste de adequação do passivo foi de R$ 231.141 (R$ 219.837 em 31 de dezembro de 2020).

q) Provisões judiciais e obrigações tributárias

As provisões judiciais são avaliadas de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As provisões judiciais são constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos internos e externos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

As provisões judiciais que decorrem de processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC). Os depósitos judiciais são mantidos no ativo e atualizados monetariamente, quando aplicável, sem serem deduzidos das correspondentes provisões judiciais.

r) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

As comissões sobre prêmios emitidos, registradas no passivo circulante pelo regime de competência, são devidas aos corretores de seguros quando ocorre o recebimento do respectivo prêmio.

O Imposto sobre Operações Financeiras - IOF a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, registrado no passivo circulante em contrapartida aos "Prêmios a receber", é retido e recolhido, quando aplicável, simultaneamente ao recebimento do prêmio.

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente e diferido. O imposto e a contribuição são reconhecidos no resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição também são reconhecidos no patrimônio líquido.

A provisão para imposto de renda é calculada pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro antes dos impostos.

s) Arrendamentos

Em aderência ao CPC 06 - R2, a Companhia avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controlar o uso de um ativo identificado, em um intervalo temporal, em troca de contraprestações, classificando-as como "arrendamento". A Companhia atua como "arrendatária" nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de valor imaterial. Os contratos contabilizados envolvem duas principais contas: i) Outros Valores e Bens que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; e ii) Débitos Diversos que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos. Esse pronunciamento passou a ser aplicado para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2021. Vide detalhamento da adoção da norma nas notas explicativa n 6 e n 22 a).

t) Divulgação das tábuas, taxa de carregamento e as taxas de juros dos principais produtos comercializados

Tábuas, taxas e carregamento dos principais produtos comercializados:

Produto	Tábua	Taxa de juros	Carregamento
Plano de Aposentadoria Individual	BR-EMS	0%	0%
Plano de Aposentadoria Empresarial	AT-2000	2,50%	0%

4. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

A Seguradora acredita que uma assertiva gestão de riscos é essencial para a sustentabilidade do seu negócio e o pleno atendimento aos seus clientes, acionistas, "stakeholders" e colaboradores.

Visando alavancar os objetivos estratégicos com a Gestão de Riscos, a Seguradora é estruturada no modelo de três linhas de defesa, sendo a 1º Linha de Negócio, 2º Controles Internos, Etica & Compliance, 3º Auditoria Interna, a qual permite a participação de todas as áreas e níveis hierárquicos da Seguradora, desde as áreas de negócio até a alta administração na avaliação dos riscos inerentes à Seguradora.

A área de Gestão de Riscos da Seguradora é independente e se reporta diretamente para a Diretoria Regional (Latam) de Riscos, garantido imparcialidade nas suas avaliações e submissão de resultados.

O processo de reavaliação de riscos ocorre a cada três meses e conta com a participação de todas as camadas da Seguradora. Neste momento é reavaliado se o nível de impacto inerente e residual para cada um dos riscos é suportado pela Seguradora, bem como a efetividade dos controles chaves e a implantação dos planos de ação propostos. Cabe destacar, que este é um processo em constante evolução e integralmente alinhado a Regulamentação Local, Políticas Corporativas e boas práticas da Seguradora.

Visando apoiar o gerenciamento de riscos e comunicar de maneira eficaz os riscos à Alta Administração, a área de Gestão de Risco conta com os seguintes comitês:

- **Comitê de Gestão de Riscos**

O comitê tem como objetivo assegurar que o nível de exposição a risco da Seguradora esteja adequado ao seu porte, que riscos estratégicos estejam sendo monitorados e que as operações e processos estejam em conformidade a tolerância apresentada no apetite a risco da Seguradora. O comitê é formado pela Área de Gestão de Riscos, CEO, CFO, Diretor Jurídico e Diretor Regional de Investimentos, contando com representantes das áreas de negócios, além da Auditoria Interna e "Compliance", e se reporta diretamente à Diretoria Regional de Riscos da Seguradora e é regido por regimento interno.

- **Comitê de Investimentos**

O comitê de investimentos tem como objetivo avaliar se a gestão dos riscos de crédito e mercado estão em níveis adequados para o porte da Seguradora, bem como a aprovação e acompanhamento da estratégia de investimento da Seguradora.

O Departamento de Gestão de Riscos participa do Comitê de Investimentos como segunda Linha de Defesa afim de atestar que os riscos estão no limite da normalidade, endereçados e sendo monitorados constantemente.

Os principais riscos identificados pela Seguradora estão classificados nas categorias de Subscrição, Crédito, Mercado e Operacional.

4.1. Riscos de seguro

- **Contratos de seguro**

Um contrato em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro. A Seguradora comercializa contratos de Seguro de pessoas e Previdência complementar (produtos de acumulação), e ambos são classificados como contratos de seguro.

A Seguradora possui contratos com obrigações futuras de devolver certos montantes de "excedente técnico" de acordo com índices de sinistralidade, contudo nestes contratos não há participações discricionárias, uma vez que estas obrigações estão destacadas no contrato.

Em seguros de pessoas opera em ramos coletivos distribuindo seguros para empresas e associações, e pessoas físicas por meio de apólices abertas e em ramos individuais distribuindo seguros para pessoas físicas. Opera seguros tipo Vida Gerador de Benefício Livre - VGBL e previdência complementar tipo Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL.

Em previdência complementar possui uma carteira pequena de Fundo Garantidor de Benefícios - FGB e planos de benefícios definidos, não mais em comercialização, e ambos são classificados como contratos de seguro.

Os principais ramos operados são vida em grupo, vida individual, prestamista, acidentes pessoais e eventos aleatórios. As principais coberturas oferecidas são morte por qualquer causa, morte acidental, invalidez por acidente e invalidez funcional por doença.

Os modelos atuariais são utilizados para mensurar o risco de seguro na precificação e no dimensionamento das provisões.

Um dos componentes do risco de seguro é a frequência e severidade dos eventos cobertos serem maiores que o esperado. Esses eventos são quase que na sua totalidade eventos biométricos tais como mortalidade e invalidez. No risco de seguro existe a possibilidade de perda devido à incerteza na frequência de ocorrência dos eventos cobertos bem como na severidade dos valores deles decorrentes.

A política de subscrição é o conjunto de regras de aceitação de risco, que visa impedir assumir riscos desnecessários impactando no balanço técnico-atuarial da Seguradora. Esta política leva em conta a estratégia de crescimento de todos os segmentos de negócio aliada à experiência da carteira.

Periodicamente estudos atuariais são elaborados para todos os segmentos de carteira. Nestes estudos, mensuram-se a aderência do preço e da política de subscrição previamente estabelecidos e monitora-se métricas de controle de risco. Com base neste levantamento, mensuram-se o sucesso da estratégia e as possíveis oscilações são mitigadas.

O risco de subscrição é reduzido por meio de cessão de resseguros visando otimizar a capacidade de retenção de riscos e os resultados operacionais. A totalidade dos contratos de resseguros vigentes, em 31 de dezembro de 2021, está concentrada no IRB Brasil Resseguros S.A., ressegurador local, com *rating* A-.

Os principais contratos de resseguro vigentes são os contratos automático e de vida individual de excedente de responsabilidade, o contrato de excesso de danos para catástrofe e contratos facultativos de excedente de responsabilidade para cobrir riscos específicos, sendo que a soma de todos os contratos em 31/12/2021 representa um repasse de 2,88% (2,88% em 2020) do total de prêmios emitidos no exercício.

A carteira de contratos de seguros é monitorada. As taxas dos seguros podem ser ajustadas nas renovações dos contratos de seguros empresariais em função da experiência do negócio. Para as apólices individuais, as taxas dos seguros podem ser alteradas para os novos negócios.

A Seguradora dispõe de capital para cobrir as oscilações baseadas nos riscos de precificação, subscrição e provisões para os seguros de vida de acordo com as normas vigentes.

O risco biométrico de longevidade superior à esperada é intrínseco aos produtos de previdência e vida que pagam renda ao próprio participante ou aos seus beneficiários. Esse risco também existe nos produtos resgatáveis em menor grau. O monitoramento desse risco é realizado por meio do acompanhamento de estudos divulgados por diversas fontes externas sobre o aumento da expectativa de vida e do acompanhamento da experiência brasileira. Provisões adicionais são constituídas partindo-se da tábua de sobrevivência da experiência brasileira vigente.

Para contratos de longo prazo com garantia de rentabilidade predefinida existe o risco de o retorno dos investimentos ser inferior ao previsto e o risco de descasamento entre o indexador do ativo e passivo. O monitoramento desses riscos é feito por meio do casamento entre ativos e passivos ("*Asset and Liability Management*"). Os ativos que lastreiam esses contratos de longo prazo estão associados ao fluxo de caixa do passivo. Para o risco comportamental de manutenção do contrato, em geral, taxas mais baixas de persistência dos contratos afetam a diluição das despesas fixas e reduzem os fluxos de caixa positivo do negócio. Taxas de persistência baixas nos produtos com garantia de rentabilidade predefinida e cláusula de resgate podem causar impacto na liquidez. A persistência dos negócios é monitorada em relação ao esperado e dependendo do produto, ações podem ser tomadas, para melhorar a persistência.

O risco de as despesas serem maiores do que o esperado é monitorado por meio do acompanhamento dos resultados dos negócios de acordo com o agrupamento estabelecido.

Determinados contratos de seguro de vida resgatável e previdência contêm garantias de rentabilidade predefinida e podem ser registradas obrigações referentes a benefícios adicionais oriundos de distribuição de excedente financeiro.

O risco das estimativas utilizadas nos cálculos das provisões de sinistros ocorridos, avisados ou não, gerarem provisões subdimensionadas é monitorado periodicamente por meio de teste de consistência e outros procedimentos adotados por diversas áreas da Seguradora. As provisões de sinistros ocorridos incluem a provisão de sinistros a liquidar (PSL), a provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR) e a provisão de sinistros ocorridos e ainda não avisados (IBNR). Semestralmente, o teste de adequação do passivo é efetuado de acordo com o descrito na nota nº 3.p).

4.2. Resultados do teste de sensibilidade

Os resultados de alguns testes de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada teste de sensibilidade é demonstrado o impacto no patrimônio líquido e no resultado, líquido de resseguro e sem considerar os efeitos de impostos, de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator, em relação ao cenário base.

Premissas atuariais	2021	2020
Redução de 20% da taxa de desconto do fluxo de caixa	(31.094)	(23.618)
Aumento de 10% nos sinistros - Seguros de vida e cobertura de riscos de previdência	(76.301)	(81.560)
Redução de 10% na mortalidade - Previdência	(18)	(429)
Aumento de 10% na despesa administrativa	(6.343)	(4.765)

Limitações da análise de sensibilidade

Os quadros acima demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares. Impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Seguradora poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de maneira idêntica.

4.3. Concentração de riscos

O risco de catástrofe natural é avaliado pela projeção de perdas potenciais nas áreas mais predispostas a perigos. Essas avaliações abordam, principalmente, o risco de tornados, granizo, vendavais, terremotos, enchentes de rios, epidemias, condições climáticas e outros fatores. As catástrofes provocadas pelo homem incluem, entre outras, riscos tais como colisões de trens, incêndios em grande escala e terrorismo. Os riscos de catástrofes provocadas pelo homem apresentam um desafio para ser avaliado, devido ao alto grau de incerteza sobre quais eventos poderiam efetivamente ocorrer.

Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e linha de negócios baseada nos prêmios diretos subscritos antes do resseguro. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo. A política de resseguros aborda os riscos e coberturas para catástrofes.

Total de prêmios brutos (a) por linha de negócios e regiões geográficas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

2021	Sudeste	Sul	Nordeste	Centro-Oeste	Norte	Total geral
Vida em Grupo	452.323	89.887	27.837	15.117	7.688	592.852
Acidentes Pessoais - Coletivo	212.043	30.169	12.727	7.147	3.034	265.120
Prestamista	97.159	18.423	15.495	4.846	4.955	140.878
Vida Individual	93.347	58.644	9.548	22.435	3.222	187.196
Doenças Graves/terminal	49.188	162	25	11	2	49.388
Acidentes Pessoais - Individual	28.838	1.250	257	225	51	30.621
Renda de eventos aleatórios	22.228	12.408	2.882	735	505	38.758
VGBL	11.030	1.606	366	760	76	13.838
Outros	9.152	651	2.052	470	15	12.340
	975.308	**213.200**	**71.189**	**51.746**	**19.548**	**1.330.991**

Total de prêmios líquido de resseguro (b) por linha de negócios e regiões geográficas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

2021	Sudeste	Sul	Nordeste	Centro-Oeste	Norte	Total geral
Vida em Grupo	422.607	89.887	27.837	15.117	7.688	563.136
Acidentes Pessoais - Coletivo	205.162	30.169	12.727	7.147	3.034	258.239
Prestamista	96.914	18.423	15.495	4.846	4.955	140.633
Vida Individual	92.487	58.644	9.548	22.435	3.222	186.336
Doenças Graves/terminal	49.116	162	25	11	2	49.316
Acidentes Pessoais - Individual	28.505	1.250	257	225	51	30.288
Renda de eventos aleatórios	22.114	12.408	2.882	735	505	38.644
VGBL	11.030	1.606	366	760	76	13.838
Outros	9.105	651	2.052	470	15	12.293
	937.040	**213.200**	**71.189**	**51.746**	**19.548**	**1.292.723**

(a) Os totais de prêmios de seguros estão apresentados na demonstração do resultado, nas rubricas "Prêmios emitidos" e "Rendas de contribuições e prêmios", acrescidos dos prêmios de riscos vigentes e não emitidos e das contribuições do PGBL, e deduzidos dos prêmios de cosseguros cedidos.

(b) Os totais de prêmios de seguros apresentados acima se referem aos valores do item (a) líquidos de operações de resseguro.

4.4. Risco de crédito

O risco de crédito advém de a possibilidade da Seguradora não receber os valores decorrentes dos créditos detidos juntos aos segurados, seguradoras, resseguradoras e emissores de ativos financeiros.

Com relação ao risco de recebimentos dos prêmios a receber, a política de crédito considera as peculiaridades das operações de seguros e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Seguradora mantém um plano de alçadas para as operações de aceitação dos riscos e emissão das respectivas apólices de seguros, que contemplam também a análise do histórico de crédito do cliente e a exposição ao risco de cada operação. A metodologia de apuração da provisão para riscos de créditos está descrita na nota explicativa nº 3.h).

No tocante à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos por meio do Comitê de Investimentos.

Exposição máxima ao risco de crédito antes das garantias ou de outras melhorias de crédito

A exposição ao risco de crédito relativo aos ativos registrados nas demonstrações financeiras sem considerar qualquer garantia, é a seguinte:

	Exposição máxima em 2021	Exposição máxima em 2020
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.246.072	1.313.178
Títulos ao valor justo por meio do resultado	928.264	890.608
Créditos das operações com seguros e resseguros	337.407	338.074
Ativos de resseguro - provisões técnicas	21.662	9.367
Outros créditos operacionais	29.145	27.917
Total	**2.562.550**	**2.579.144**

As exposições descritas acima são baseadas em valores contábeis brutos, conforme reportados nas demonstrações financeiras.

4.5. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Seguradora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Seguradora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de a Seguradora cobrir altas exigências de liquidez, por exemplo, no caso de um desastre natural.

A Administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

Casamento de ativos e passivos

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos.

O casamento de ativos e passivos é monitorado pelo Comitê de Investimentos, que aprova periodicamente as metas, limites e condições de investimentos.

Em 31 de Dezembro de 2021, os vencimentos dos ativos e passivos estão distribuídos conforme demonstrado na tabela abaixo:

	Até 3 meses ou sem vencimento	3 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	**928.264**	**-**	**-**	**-**	**-**	**928.264**
Cotas de fundos de investimento exclusivos	716.118	-	-	-	-	716.118
Cotas de fundos de investimento abertos	212.146	-	-	-	-	212.146
Ativos financeiros disponíveis para a venda (i)	**-**	**-**	**49.383**	**123.054**	**1.073.635**	**1.246.072**
Títulos de renda fixa privados	-	-	8.003	40.180	13.342	61.525
Títulos de renda fixa públicos	-	-	41.380	82.874	1.060.293	1.184.547
Créditos das operações com seguros e resseguros	**273.064**	**18.043**	**40.501**	**3.236**	**2.563**	**337.407**
Prêmios a receber	261.975	1.089	1.231	1.950	2.272	268.517
Valores a receber congêneres	3.213	746	3.848	1.286	291	9.384
Valores a receber resseguradoras	7.876	16.208	35.422	-	-	59.506
Outros créditos operacionais	**14.922**	**10.899**	**2.938**	**386**	**-**	**29.145**
Ativos de resseguro - Provisões técnicas	**-**	**12.008**	**9.654**	**-**	**-**	**21.662**
Caixa e equivalentes de caixa	**12.094**	**-**	**-**	**-**	**-**	**12.094**
Total dos ativos financeiros	**1.228.344**	**40.950**	**102.476**	**126.676**	**1.076.198**	**2.574.644**
Provisões técnicas	963.858	477.989	321.285	122.815	353.402	2.239.349
Passivos financeiros	**206.679**	**15.055**	**27.642**	**2.306**	**-**	**251.682**
Contas a pagar	62.935	-	-	-	-	62.935
Débitos de operações com seguros e resseguros	109.810	14.704	26.612	2.306	-	153.432
Depósitos de terceiros	33.934	351	1.030	-	-	35.315
Total dos passivos financeiros e provisões técnicas	**1.170.537**	**493.044**	**348.927**	**125.121**	**353.402**	**2.491.031**

(i) Estes ativos foram estratificados nesta tabela pela sua data de vencimento mas que os ativos disponíveis para venda podem ser realizados, de forma antecipada ao seu vencimento e que, portanto, não existe um problema de liquidez para a Companhia.

4.6. Risco de mercado

Gerenciamento de risco de mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados.

Controle do risco de mercado

O controle do risco de mercado é acompanhado trimestralmente pelas reuniões do Comitê de Investimentos, cujas principais atribuições são:

- Definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela Seguradora;
- Analisar o cenário político-econômico nacional e internacional;
- Avaliar e definir os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais;
- Definir a política de liquidez;
- Estabelecer limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moeda.

Análise do risco de mercado

A Seguradora utiliza a análise de sensibilidade como ferramenta de gestão de risco financeiro. Os resultados desta análise são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados em condições normais e em cenário de volatilidade elevada. Estes testes levam em consideração impactos futuros nas taxas de mercado. Os resultados obtidos auxiliam no processo de decisão e na identificação de riscos específicos na gestão de ativos e passivos financeiros da Seguradora.

A tabela demonstrada a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos sobre ativos financeiros da Seguradora, excluídos os vinculados à carteira de previdência, levando em consideração, a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio líquido da Seguradora.

2021 Classe	Premissas	Saldo contábil	Variação resultado/ patrimônio líquido
Ativos prefixados			
Públicos:			
NTN-F (a)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	140.613	(16.332)
LTN (a)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	5.272	(618)
Ativos pós-fixados			
Públicos:			
NTN-B (IPCA) (a)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	690.660	(39.904)
NTN-C (IGP-M) (a)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	348.002	(15.758)
Privados:			
Debêntures (inflação) (b)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	48.183	(8.503)
Debêntures (CDI)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	13.342	-
Outros:			
Fundos (CDI)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	7.772	-
Fundos (IPCA)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	204.374	(1.123)
Total		**1.458.218**	**(82.238)**
Impacto líquido dos efeitos tributários			**(49.343)**

2020 Classe	Premissas	Saldo contábil	Variação resultado/ patrimônio líquido
Ativos prefixados			
Públicos:			
NTN-F (a)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	448.747	(28.258)
LTN (a)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	5.564	(304)
Ativos pós-fixados			
Públicos:			
NTN-B (IPCA) (a)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	250.721	(8.072)
NTN-C (IGP-M) (a)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	529.899	(17.700)
Privados:			
Debêntures (inflação) (b)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	75.049	(8.913)
Debêntures (CDI)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	3.198	-
Outros:			
Fundos (CDI)	Aumento de 2% a.a. na taxa ETTJ	19.634	-
Fundos (IPCA)	Aumento de 2% a.a. na taxa do Cupom	219.228	(14.963)
Total		**1.552.040**	**(78.210)**
Impacto líquido dos efeitos tributários			**(46.926)**

a) Os títulos públicos federais foram ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Esses títulos são atualizados com base: (i) no IGP-M acrescido de taxa de juros variando de 4,22% a 6,90% ao ano e o IPCA acrescido de taxa de juros variando de 3,96% a 9,72% ao ano; ou (ii) em taxas prefixadas variando de 2,64% a 10,36% ao ano.

b) O valor justo das debêntures foi apurado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Esses títulos e valores mobiliários são atualizados com base: no IPCA, acrescido de taxa de juros variando de 4,73% a 7,09% ao ano, e estão custodiados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3).

4.7. Risco operacional

Gerenciamento de risco operacional

Corporativamente, a Seguradora define risco operacional como a possibilidade de perdas resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios.

Controle de risco operacional

A gestão de risco operacional é fundamentada na elaboração e implantação de metodologias e ferramentas que uniformizam o formato da avaliação à exposição da Seguradora perante o risco.

Em linha com a Circular SUSEP nº 521 e alterações posteriores, a Seguradora indicou, em dezembro de 2016, o Gestor de Riscos responsável por implementar a estrutura de Gestão de Riscos na Seguradora, com o apoio e supervisão da Diretoria Regional de Riscos da Seguradora, além de estruturar e implementar o processo necessário para a captura e gestão das perdas operacionais incorridas na Seguradora (Banco de Dados de Perdas Operacionais).

4.8. Gestão do capital

Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital na Seguradora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido (Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações e Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações).

Cálculo do patrimônio líquido ajustado	2021	2020
Patrimônio líquido	634.738	800.699
Ajustes contábeis	(343.843)	(114.419)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	9.957	18.727
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	-	-
Outros Ajustes	-	-
PLA (total) = PLA + ajustes associados à variação de valores econômicos	**300.852**	**705.007**
I - Capital base	8.100	15.000
II - Capital de Risco	255.988	219.449
Capital de risco subscrição	215.084	176.285
Capital de risco de crédito	37.251	37.574
Capital de risco de mercado	46.125	49.571
Capital de risco operacional	3.782	2.955
Benefício da diversificação	(46.254)	(46.936)
III - Capital Mínimo Requerido (CMR) (maior entre I e II)	**255.988**	**219.449**
Suficiência de Capital (PLA (total) - CMR)	**44.862**	**485.558**
Suficiência de Capital %	17,53	221,26
Índice de solvência = CMR/PLA (total)	0,85	0,31

Limites de retenção

O limite de retenção é o valor máximo de responsabilidade que a Seguradora pode reter em cada risco isolado, determinado com base no valor dos respectivos patrimônios líquidos ajustados. Em 31 de Dezembro de 2021, os limites de retenção praticados pela Seguradora foram R$ 5.000 mil.

4.9. COVID - 19

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde, declarou a COVID-19 como uma pandemia. Ao longo de 2021, a MetLife esteve presente ao lado de seus clientes, apoiando aproximadamente 8.000 famílias para reduzir ao máximo os impactos causados pela pandemia, sendo responsável pelo pagamento de 5% das indenizações de todo o mercado segurador.

Ao longo do exercício de 2021, a MetLife indenizou os seus segurados e respectivos beneficiários em mais de R$ 857 milhões (R$ 689 milhões de Vida em Grupo), valor este correspondente a 32.241 sinistros pagos, sendo parte substancial destes sinistros oriundos da pandemia - COVID-19. Consequentemente, o índice de sinistralidade obtido foi de 55,6% em 2020 para 83,1% em 2021, contribuindo assim para que a Seguradora apresentasse um prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de R$ 236,5 milhões.

A Seguradora continua com o seu propósito de crescimento, estes refletidos nos crescimento dos prêmios emitidos e das rendas contribuições no exercício de 2021. Dessa forma, se desconsiderarmos as indenizações relativas especificamente a Covid-19, a Seguradora apresentaria um lucro em torno de R$ 70 milhões no exercício.

Em respostas à esse evento, os acionistas da Seguradora efeturam no exercício de 2021 um aumento de capital no montante R$ 183 milhões, de forma a proporcionar uma suficiência capital mínimo requerido no montante de R$ 44,9 milhões, representando assim um índice de 117% em relação ao CRM. Adicionalmente, como forma de compromisso à continuidade das atividades da Seguradora, seus acionistas efetuaram um novo aumento de capital no montante de R$ 103 milhões em Fevereiro de 2022, mantendo assim uma margem confortável de suficiência de capital mínimo requerido para o exercício de suas atividades ao longo do exercício de 2022.

5. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na aplicação das práticas contábeis da Seguradora descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a

Continua...

Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.

CNPJ nº 02.102.498/0001-29

MetLife

Navigating life together

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente quanto os períodos futuros.

As áreas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes às demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, os valores foram ajustados ao valor justo das transações.

Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Seguradora e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que entende como razoáveis e relevantes.

A Seguradora adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Seguradora forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das principais práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Seguradora adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo (conforme o conceito CPC 32, equivalente ao descrito na IAS 12 - "Liability Method") de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o montante do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, aprovados semestralmente pela Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Seguradora e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros.

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do período, a Seguradora realiza teste de redução ao valor recuperável para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil.

A Seguradora avalia a recuperabilidade do ágio de um investimento anualmente e usa práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados, para comparar o valor contábil com o valor recuperável dos ativos.

A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste que é realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado.

c) Provisões judiciais - tributárias, cíveis e trabalhistas

A Seguradora possui diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 17. Provisões são constituídas para todos os potenciais riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões judiciais para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

d) Provisão para riscos sobre créditos

A provisão para riscos sobre créditos sobre as contas a receber como descrito na nota explicativa nº 3.h) é considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis.

6. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NOVAS E REVISTAS

Novas normas recepcionadas

O CPC06 - R2 - Operações de Arrendamento Mercantil aprovado pela SUSEP conforme Circular SUSEP nº 615 de 22 de setembro de 2020, entrou em vigor a partir do exercício de 2021. Essa nova norma traz um modelo único de contabilização de arrendamentos impactando as Demonstrações Financeiras, onde o arrendatário reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento e, os valores das depreciações desses ativos e os juros sobre as obrigações estão sendo reconhecidos no resultado. Os contratos classificados de curto prazo e itens de valor imaterial estão sendo reconhecidos no resultado conforme isenção contida na norma. Na transição, a Seguradora optou pela abordagem retrospectiva modificada simplificada e, portanto, a informação comparativa para o exercício de 2020 não foi reapresentada, sendo mantida conforme o CPC 06.

Efeitos da adoção inicial do CPC 06 - R2	Ativo de direito de uso	Passivo de Arrendamento
Aluguel imóveis	12.675	(12.675)

Novas ainda não efetivas

O CPC editou os pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas abaixo. Em decorrência do compromisso do CPC e da SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam aprovados pela SUSEP até a data de sua aplicação obrigatória.

CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Foi concedida uma isenção temporária da aplicação do CPC 48 para as companhias seguradoras, diferindo sua aplicação para quando da adoção inicial do CPC 50.

CPC 50 - "Contratos de Seguro" O pronunciamento substitui o CPC 11 - Contratos de Seguro. Apresenta três abordagens para avaliação dos contratos de seguro:

- Modelo padrão: aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo;
- "*Premium Allocation Approach* - PAA": aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificado do que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão;
- "*Variable Fee Approach*": abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- Fluxos de caixa futuros esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
- Ajuste ao risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- Margem contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

7. APLICAÇÕES - CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, a composição das aplicações em títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	2021		2020	
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	**928.264**	**43%**	**890.608**	**40%**
Fundos de investimento exclusivos, vinculados à carteira de previdência	**716.118**	**33%**	**651.746**	**30%**
Títulos de renda fixa - Públicos	**438.678**	**20%**	**442.391**	**20%**
LTN	38.571	2%	19.830	1%
LFT	241.939	11%	269.866	12%
NTN	158.168	7%	152.695	7%
Títulos de renda fixa - Privados	**184.787**	**8%**	**137.758**	**6%**
CDBs	2.737	-	-	-
Letras financeiras - LF	58.217	3%	27.975	1%
Debêntures	123.833	6%	109.783	5%
Títulos de renda variável	**61.334**	**3%**	**50.467**	**2%**
Cotas de fundos de investimento - Abertos	**31.319**	**1%**	**19.776**	**1%**
Disponibilidades líquidas/contas a pagar	**-**	**-**	**1.354**	**-**
Cotas de fundos de investimento	**212.146**	**10%**	**238.862**	**11%**
Ativos financeiros disponíveis para venda	**1.246.072**	**57%**	**1.313.178**	**60%**
Títulos de renda fixa - Públicos	**1.184.547**	**54%**	**1.234.931**	**56%**
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.179.275	54%	1.229.367	56%
Letras de Tesouro Nacional - LTN	5.272	-	5.564	-
Títulos de renda fixa - Privados	**61.525**	**3%**	**78.247**	**4%**
Debêntures	61.525	3%	78.247	4%
Total	**2.174.336**	**100%**	**2.203.786**	**100%**
Circulante	**977.647**	**50%**	**1.098.048**	**50%**
Não Circulante	**1.196.689**	**50%**	**1.105.738**	**50%**

Movimentação das aplicações financeiras:	
Saldo no início do exercício	**2.203.786**
Aplicações	**1.658.326**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.074.865
Ativos financeiros disponíveis para venda	583.461
Resgates	**(1.689.314)**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(993.563)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(695.751)
Receita financeira	**188.690**
Juros sobre ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (nota nº 19.h.)	3.441
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda (nota nº 19.h.)	185.249
Ajuste a valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda	(187.152)
Saldo no fim do exercício	**2.174.336**

	2021				
Títulos ao valor justo por meio do resultado	Custo atualizado	Valor justo	Ajustes de TVM	Efeitos tributários	Líquidos de tributos
Fundos abertos:	**212.146**	**212.146**	**-**	**-**	**-**
Cotas de fundos de investimento (a)	212.146	212.146	-	-	-
Fundos exclusivos	**716.118**	**716.118**	**-**	**-**	**-**
Cotas de fundos de investimento exclusivos, vinculados à carteira de previdência (a)	716.118	716.118	-	-	-
Total de valor justo por meio do resultado	**928.264**	**928.264**	**-**	**-**	**-**
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Títulos de renda fixa - Privados (c)	**63.403**	**61.525**	**(1.878)**	**752**	**(1.126)**
Debêntures	63.403	61.525	(1.878)	752	(1.126)
Títulos de renda fixa - Públicos (b)	**1.223.545**	**1.184.547**	**(38.998)**	**15.599**	**(23.399)**
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.217.783	1.179.275	(38.508)	15.403	(23.105)
Letras de Tesouro Nacional - LTN	5.762	5.272	(490)	196	(294)
Total de disponíveis para venda	**1.286.948**	**1.246.072**	**(40.876)**	**16.351**	**(24.525)**
Total das aplicações	**2.215.211**	**2.174.336**	**(40.876)**	**16.351**	**(24.525)**

a) O valor justo das cotas de fundos de investimento foi apurado com base nos valores de cotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica os seus recursos.

b) Os títulos públicos federais foram ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Esses títulos são atualizados com base: (i) no IGP-M acrescido de taxa de juros variando de 4,22% a 6,90% ao ano e o IPCA acrescido de taxa de juros variando de 3,96% a 9,72% ao ano; ou (ii) em taxas prefixadas variando de 2,64% a 10,36% ao ano.

c) O valor justo das debêntures foi apurado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Esses títulos e valores mobiliários são atualizados com base: no IPCA, acrescido de taxa de juros variando de 4,73% a 7,09% ao ano, e estão custodiados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3).

Do saldo das aplicações em títulos e valores mobiliários, em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, a parcela destinada à cobertura das provisões técnicas está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Provisões técnicas - Seguros	1.593.561	1.300.365
Provisões técnicas - Previdência complementar	644.500	530.054
Custo de Aquisição	(81.337)	-
Redutores de sinistros	(21.146)	(9.338)
Direitos creditórios	(66.429)	(46.892)
Depósitos judiciais sinistros	(6.627)	(10.071)
Cotas de fundos de investimento exclusivos, vinculados à carteira de previdência	(712.957)	(648.743)
Passivo a ser coberto	**1.349.565**	**1.115.375**
Ativos garantidores (a)	**1.451.359**	**1.533.618**
Suficiência	**101.794**	**418.243**

(a) Total das aplicações R$ 2.174.335 (-) Fundos exclusivos R$ 716.118 (-) Não vinculado R$6.858.

Mensuração do valor justo reconhecido no balanço patrimonial

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial são classificados nos Níveis de mensuração de 1 a 3, com base no grau observável do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as mensurações dos instrumentos financeiros estavam assim classificadas:

	2021	2020
Títulos ao valor justo por meio do resultado		
Nível 1	500.013	494.212
Nível 2	428.251	396.396
Total	**928.264**	**890.608**
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Nível 1	1.184.547	1.234.931
Nível 2	61.525	78.247
Total	**1.246.072**	**1.313.178**

8. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

Os créditos das operações com seguros e resseguros estão mensurados pelo custo amortizado sendo que as operações têm prazo médio de recebimento de até 30 dias.

a) Ramos de seguros	2021	2020
Vida em grupo	208.859	204.910
Acidentes pessoais - Coletivo	31.733	37.373
Prestamista	23.655	25.098
Vida individual	49.078	47.327
Doenças graves ou doença terminal	9.926	9.302
Renda de eventos aleatórios	5.711	6.362
Acidentes pessoais - Individual	6.029	4.999
Outros	2.416	2.703
Total	**337.407**	**338.074**
Circulante	331.610	330.092
Não Circulante	5.797	7.982

A composição da conta "Créditos das operações com seguros e resseguros" por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

2021	A vencer até 30 dias	Acima de 30 dias	Vencidas até 30 dias	De 31 a 90 dias	Acima de 90 dias	Provisão para riscos de créditos	Total
Prêmios a receber	142.294	85.913	28.462	7.057	6.075	(1.914)	268.517
Operações com seguradoras	-	-	1.740	1.461	8.890	(2.707)	9.384
Operações com resseguradoras	-	-	-	7.876	51.630	-	59.506
Total líquido	**142.294**	**85.913**	**30.202**	**16.394**	**67.225**	**(4.621)**	**337.407**

2020	A vencer até 30 dias	Acima de 30 dias	Vencidas até 30 dias	De 31 a 90 dias	Acima de 90 dias	Provisão para riscos de créditos	Total
Prêmios a receber	156.632	90.091	30.151	6.309	7.588	(2.661)	288.110
Operações com seguradoras	-	-	3.583	4.576	11.890	(2.307)	17.742
Operações com resseguradoras	-	-	10.069	4.131	18.022	-	32.222
Total líquido	**156.632**	**90.091**	**43.803**	**15.016**	**37.500**	**(4.968)**	**338.074**

b) Movimentação de prêmios a receber

2021	Direto/aceito	Prêmio de resseguro	Líquido
Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2020	288.110	(36.387)	251.723
Prêmios emitidos - Bruto	1.582.455	(44.445)	1.538.010
Recebimentos/pagamentos	(1.311.737)	36.943	(1.274.794)
Constituição da provisão para riscos de créditos	747	-	747
Baixas/cancelamentos	(291.058)	5.745	(285.313)
Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2021	**268.517**	**(38.144)**	**230.373**

2020	Direto/aceito	Prêmio de resseguro	Líquido
Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2019	295.359	(18.238)	277.121
Prêmios emitidos - Bruto	1.349.769	(42.431)	1.307.338
Recebimentos/pagamentos	(1.152.501)	14.707	(1.137.794)
Reversão da provisão para riscos de créditos	(240)	-	(240)
Baixas/cancelamentos	(204.277)	9.575	(194.702)
Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2020	**288.110**	**(36.387)**	**251.723**

9. ATIVOS E PASSIVOS DE RESSEGURO

a) Operações com resseguradoras - Ativo	2021	2020
Baixa de resseguro - MO	-	9.025
Sinistros a recuperar	59.506	23.197
Total	**59.506**	**32.222**
Circulante	59.506	32.222
b) Ativos de resseguro - Provisões técnicas	**2021**	**2020**
Provisão de sinistros a liquidar	12.295	7.075
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	9.023	2.254
Provisão de prêmios não ganhos - Resseguro cedido	344	38
Total	**21.662**	**9.367**
Circulante	21.662	9.367
c) Operações com resseguradoras - Passivo	**2021**	**2020**
Prêmios cedidos	34.517	29.174
Prêmios de resseguro a liquidar	3.627	7.213
Total	**38.144**	**36.387**
Circulante	35.842	29.910
Não Circulante	2.302	6.477

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2021, a Seguradora apresenta base negativa de contribuição social acumulada no montante de R$ 393.969 (R$ 31.705 em 31 de Dezembro de 2020) e prejuízo fiscal acumulado no montante de R$ 392.215 (R$ 29.951 em 31 de Dezembro de 2020), a compensar com lucros tributáveis futuros. A legislação permite que bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores sejam compensados com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% de cada lucro tributável auferido em determinado ano.

Amparada nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, a Administração mantém créditos tributários diferidos decorrentes do prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de diferenças temporárias, conforme segue:

	2021	2020
Impostos a compensar	28.155	15.718
Diferenças temporárias	88.911	78.632
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	157.149	12.244
Marcação a mercado de título classificado como disponível para venda	28.173	39
Total	**302.388**	**106.633**
Circulante	28.155	15.718
Não circulante	274.233	90.915
a) Demonstração do cálculo dos créditos tributários	**2021**	**2020**
Base negativa acumulada de contribuição social	393.969	31.705
Adições temporárias (i)	222.277	196.581
Total	**616.246**	**228.286**
Alíquota de contribuição social (ii)	9%	9%
Créditos tributários de contribuição social	55.462	20.546
Créditos pela majoração de alíquota - Lei nº 11.727 (iii)	36.975	13.697
Total de créditos tributários de contribuição social	**92.437**	**34.243**
Prejuízo fiscal acumulado	392.215	29.951
Adições temporárias (i)	222.277	196.581
Total	**614.492**	**226.532**
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Créditos tributários de imposto de renda	153.623	56.633
Total dos créditos tributários constituídos	**246.060**	**90.876**
Crédito tributário sobre ajuste de TVM	28.173	39
Total dos créditos tributários	**274.233**	**90.915**

(i) As diferenças temporárias são formadas, basicamente, por provisões judiciais e provisão para riscos de créditos.

(ii) O cálculo dos créditos tributários foi realizado, pela alíquota de 9%, devido à Seguradora estar questionando judicialmente o aumento da alíquota de 9% para 15%.

(iii) Refere-se ao montante equivalente às obrigações legais relativas à majoração da alíquota de CSLL de 9% para 15% que é reconhecido no ativo simultaneamente quando reconhecidas no passivo, e limitado ao valor do passivo, em virtude da Seguradora estar discutindo esta majoração de alíquota judicialmente.

b) Projeção de realização dos créditos tributários

Apresentamos, abaixo, a estimativa de realização dos créditos tributários projetados com base no plano de negócios da seguradora.

	2022	2023	2024	2025	2026	2027 a 2031	Total
Valor utilizado dos créditos	(37.790)	22.596	33.263	60.487	44.415	123.088	246.060

11. INTANGÍVEL

	Saldo em 2020	Adições	Baixa	Amortização	Saldo em 2021	Taxa anual de amortização
Direito de uso da base de clientes de terceiros para fins de negociação de produtos de seguros	2.662	-	-	(761)	1.902	(a)
Ágio sobre investimentos incorporados (19e)	8.277	-	-	-	8.277	(b)
Direitos de uso de softwares	5.554	13.764	-	(1.543)	17.774	20%
Total	**16.493**	**13.764**	**-**	**(2.304)**	**27.953**	

(a) Amortização leva em consideração o uso da base de clientes, em prazo de 10 anos.

(b) Referem-se a ágios de rentabilidade futura pagos em aquisições de investimentos efetuadas no passado. A Seguradora efetuou o teste de recuperabilidade do ágio no exercício de 2021 não indicando necessidade de qualquer provisionamento.

Teste de redução ao valor recuperável do ágio sobre investimentos adquiridos

A Seguradora efetua anualmente (data-base: 31 de Dezembro) os testes de recuperabilidade do valor contábil do ágio baseando-se no valor em uso, utilizando a metodologia do fluxo de caixa descontado para as unidades geradoras de caixa (UGC), formadas por carteiras originadas da SOMA. O processo de estimativa dos valores em uso utiliza premissas atualizadas (persistência, sinistralidade e mortalidade), julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa as melhores estimativas da Seguradora, as quais foram aprovadas pela Administração.

Seguem, as principais premissas atuariais utilizadas de acordo com a experiência de cada produto:

Premissa	Seguros de pessoas	Vida individual	Previdência
Mortalidade	100% da tábua BR-EMSmt-v2021	100% da tábua BR-EMSsb-v.2021	100% da tábua BR-EMSsb-v2021
Sinistralidade (apenas para os negócios institucionais)	46,40% a 61,50%	Não aplicável	Não aplicável
% cancelamento	8,00 a 14,20%	8,50%	8% a 9,80%
Taxa de desconto	ETTJ	ETTJ	ETTJ
Premissa	Seguros de pessoas	Vida individual	Previdência

12. OBRIGAÇÕES A PAGAR

O grupo de obrigações a pagar do passivo circulante tem a seguinte composição:

	2021	2020
Bonificações e JCP a pagar	-	4.740
Participação nos resultados a pagar	6.325	6.045
Fornecedores	2.916	1.294
Provisão de despesas com telemarketing e campanhas	18.411	23.158
Outras provisões	9.612	7.266
Total	**37.264**	**42.503**
Circulante	37.264	42.503

13. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados referentes a apólices em processo de emissão.

2021	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	Acima de 180 dias	Total
Depósitos seguros diretos	19.632	1.428	44	134	402	21.640
Depósitos cosseguros aceitos	378	-	-	-	-	378
Depósitos previdência complementar	12.324	171	7	167	628	13.297
Outros Depósitos	-	-	-	-	-	-
Total	**32.334**	**1.599**	**51**	**301**	**1.030**	**35.315**

2020	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	Acima de 180 dias	Total
Depósitos seguros diretos	20.847	1.168	371	598	585	23.569
Depósitos cosseguros aceitos	1.732	1.120	-	14	1	2.867
Depósitos previdência complementar	4.185	282	47	41	53	4.608
Outros Depósitos	292	107	133	355	-	887
Total	**27.056**	**2.677**	**551**	**1.008**	**639**	**31.931**

14. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS E PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS

a) Os custos de aquisição diferidos e as provisões técnicas - seguros e resseguros apresentam a seguinte composição:

2021 Ramos	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão complementar de cobertura	Provisão de sinistros a liquidar (i)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão de excedentes técnicos	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de resgates e outros valores a regularizar	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Total	Custos de aquisição diferidos
Vida em grupo	42.932	213.566	264.669	109.617	7.766	18.007	-	-	-	656.557	7.624
Vida com cobertura de sobrevivência/VGBL	-	-	-	-	-	1	40	147.821	1.329	149.191	-
Prestamista	204.011	17.575	20.345	4.947	-	1.345	-	-	-	248.223	107.230
Vida individual	5.043	-	3.685	5.104	-	1.531	16.734	298.910	-	331.007	77.812
Acidentes pessoais /coletivos	9.544	-	100.872	38.108	-	7.947	-	-	-	156.471	2.513
Outros	25.579	-	17.560	5.455	-	1.130	2	2.386	-	52.112	7.211
Total	287.109	231.141	407.131	163.231	7.766	29.961	16.776	449.117	1.329	1.593.561	202.390
Circulante	170.120	-	407.131	163.231	7.766	29.960	16.776	397.834	1.329	1.194.147	98.256
Não Circulante	116.989	231.141	-	-	-	1	-	51.283	-	399.414	104.134
Total	**287.109**	**231.141**	**407.131**	**163.231**	**7.766**	**29.961**	**16.776**	**449.117**	**1.329**	**1.593.561**	**202.390**

(i) Composta por PSL e IBNeR.

2020 Ramos	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão complementar de cobertura	Provisão de sinistros a liquidar (i)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão de excedentes técnicos	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de resgates e outros valores a regularizar	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Total	Custos de aquisição diferidos
Vida em grupo	41.416	203.102	194.896	96.306	18.223	13.403	-	-	-	567.346	7.884
Vida com cobertura de sobrevivência/VGBL	-	-	-	-	-	18	128	168.500	1.149	169.795	-
Prestamista	194.563	16.714	12.132	3.266	-	626	-	-	-	227.301	109.418
Vida individual	9.284	-	952	2.304	-	960	13.823	153.818	-	181.141	41.141
Acidentes pessoais coletivos	9.285	-	70.848	29.286	-	4.915	-	-	-	114.334	2.776
Outros	22.530	-	13.651	3.347	-	920	-	-	-	40.448	6.089
Total	277.078	219.816	292.479	134.509	18.223	20.842	13.951	322.318	1.149	1.300.365	167.308
Circulante	162.453	-	292.479	134.509	18.223	20.824	13.951	275.942	1.149	919.530	79.842
Não Circulante	114.625	219.816	-	-	-	18	-	46.376	-	380.835	87.466
Total	**277.078**	**219.816**	**292.479**	**134.509**	**18.223**	**20.842**	**13.951**	**322.318**	**1.149**	**1.300.365**	**167.308**

(i) Composta por PSL e IBNeR.

b) Movimentação dos custos de aquisição diferidos:

	2021	2020
Saldo no início do período	**167.308**	**134.659**
Emissão	170.173	166.684
Amortização	(135.091)	(134.035)
Saldo no fim do período	**202.390**	**167.308**

c) Movimentação das provisões técnicas

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão complementar de cobertura	Provisão de sinistros a liquidar (i)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisado	Provisão de excedentes técnicos	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de resgates e outros valores a regularizar	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Total
Saldo do exercício de 2020	**277.078**	**219.816**	**292.479**	**134.509**	**18.223**	**20.842**	**13.951**	**322.318**	**1.149**	**1.300.365**
(+) Constituição	22.285	34.602	998.096	100.321	7.765	10.430	38.688	156.610	7.486	1.376.283
(+) Atualização monetária	-	-	32.870	-	-	-	(112)	5.616	68	38.442
(-) Reversão de provisão	(12.254)	(23.277)	(103.452)	(71.599)	-	(1.311)	-	-	-	(211.893)
(-) Pagamentos	-	-	(812.862)	-	(18.222)	-	(35.751)	(35.427)	(7.374)	(909.636)
Saldo do exercício de 2021	**287.109**	**231.141**	**407.131**	**163.231**	**7.766**	**29.961**	**16.776**	**449.117**	**1.329**	**1.593.561**

(i) Composta por PSL, IBNeR e Benefícios a regularizar;

(ii) Em 31 de Dezembro de 2021, a Seguradora possui processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, registrados nessa rubrica, no montante de R$ 173.403 (R$ 148.960 em 31 de Dezembro de 2020).

d) Movimentação das provisões de sinistros Judiciais, quantidade de processos, classificações de risco e saldo de depósitos correspondentes

Riscos	Depósitos judiciais em 2021	Depósitos judiciais em 2020	Quantidade de processos judiciais em 2021	Quantidade de processos judiciais em 2020	Saldo em 2020	Adições/atualização monetária	Reclassificação do risco	Pagamentos	Reversão	Saldo em 2021 (*)
Perda provável	7.348	6.807	800	492	76.165	5.995	18.816	(33.002)	(13.709)	54.265
Perda possível	7.160	19.618	2.535	1.779	66.110	39.944	17.137	(22.817)	(5.878)	94.496
Perda remota	3.532	3.995	1.711	1.340	6.685	24.192	788	(5.590)	(1.433)	24.642
Total	**18.040**	**30.420**	**5.046**	**3.611**	**148.960**	**70.131**	**36.741**	**(61.409)**	**(21.020)**	**173.403**

(*) Os valores provisionados correspondem ao montantes esperados de desembolso de caixa futuro calculado com base em estudo de perda histórica para cada um dos grupos classificados acima.

Os montantes dos processos de sinistros em demanda judicial por tempo de permanência estão demonstrados a seguir:

	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Sinistros judiciais	36.769	1.807	1.332	2.534	130.961	173.403

15. PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

As provisões técnicas - previdência complementar apresentaram a seguinte movimentação:

	2021	2020
Planos não bloqueados:		
Saldo no início do exercício	**530.054**	**497.004**
Adições decorrentes de contribuições arrecadadas	75.103	43.045
Pagamentos de benefícios e resgates	(57.349)	(26.401)
Atualização financeira das provisões	14.535	29.967
Transferências recebidas (concedidas) - PGBL (i)	83.445	(13.561)
Saldo no fim do exercício	**645.788**	**530.054**
Circulante	570.190	483.609
Não Circulante	75.598	46.445

(i) Os pagamentos ocorridos no exercício de 2020 são referentes às portabilidades cedidas das provisões matemáticas do produto PGBL.

16. DESENVOLVIMENTO DOS SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

a) Vida - sinistros brutos de resseguro

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	264.497	268.624	300.843	301.068	372.334	358.354	352.011	505.227	414.894	495.154	886.754	-
Um ano após o aviso	258.009	258.034	303.328	285.721	361.180	339.261	321.768	500.942	395.511	485.821	-	-
Dois anos após o aviso	254.627	259.158	294.023	287.225	355.839	340.212	325.164	502.405	398.721	-	-	-
Três anos após o aviso	251.291	256.490	295.522	291.377	358.416	346.465	330.232	504.621	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	249.428	257.197	298.172	301.693	363.451	352.567	331.659	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	253.303	259.386	304.796	303.823	367.757	350.955	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	257.718	263.216	310.842	307.856	370.184	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	261.640	268.213	311.468	308.755	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	263.238	274.445	311.875	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso	269.443	270.692	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após o aviso	298.915	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base	**298.915**	**270.692**	**311.875**	**308.755**	**370.184**	**350.955**	**331.659**	**504.621**	**398.721**	**485.821**	**886.754**	**4.518.952**
CM e Juros	21.744	13.157	7.440	11.246	12.667	8.847	8.573	5.698	7.159	5.293	6.958	108.782
Pagamentos de sinistros efetuados	(282.885)	(274.404)	(313.610)	(307.586)	(365.998)	(346.052)	(323.504)	(495.885)	(385.824)	(462.264)	(702.408)	(4.260.420)
Sinistros pendentes (i)	37.774	9.445	5.705	12.415	16.853	13.750	16.728	14.434	20.056	28.850	191.304	367.314

(i) Na composição do desenvolvimento do sinistros não consta os valores de IBNER e benefícios a regularizar no montande de R$39.817

Continua...

Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.

CNPJ n° 02.102.498/0001-29

MetLife

Navigating life together

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

b) Vida - sinistros líquidos de resseguro	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	263.084	267.707	295.527	293.747	359.549	344.554	339.023	323.437	393.860	473.449	832.364	-
Um ano após o aviso	256.547	257.503	295.527	278.585	348.320	326.284	317.375	309.662	370.880	462.648	-	-
Dois anos após o aviso	253.195	257.503	288.331	280.082	343.138	324.614	319.471	310.929	373.707	-	-	-
Três anos após o aviso	253.195	256.026	289.830	284.234	344.315	332.273	324.283	313.078	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	248.015	256.733	291.806	288.986	351.143	338.056	325.670	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	251.761	258.727	295.725	293.275	355.497	337.061	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	256.177	261.685	301.432	296.929	357.912	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	259.108	264.878	302.069	298.046	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	260.572	271.106	302.474	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso	266.777	267.278	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após o aviso	290.505	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base	**290.505**	**267.278**	**302.474**	**298.046**	**357.912**	**337.061**	**325.670**	**313.078**	**373.707**	**462.648**	**832.364**	**4.160.743**
CM e Juros	19.203	12.477	7.557	9.821	16.288	8.170	7.869	5.360	6.986	5.227	6.950	105.908
Pagamentos de sinistros efetuados	(273.910)	(270.592)	(304.407)	(295.969)	(357.428)	(331.752)	(317.287)	(304.323)	(361.253)	(439.647)	(654.827)	(3.911.395)
Sinistros pendentes (i)	35.798	9.163	5.624	11.898	16.772	13.479	16.252	14.115	19.440	28.228	184.487	355.256

(i) Na composição do desenvolvimento do sinistros não consta os valores de IBNER e benefícios a regularizar no montante de R$39.817 e a PSL de Resseguro no montante de R$ 12.058.

17. PASSIVO NÃO CIRCULANTE - OUTROS DÉBITOS

A Seguradora é parte de vários processos judiciais e administrativos envolvendo, principalmente, questões tributárias.
Os saldos das provisões e suas movimentações, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, são os seguintes:

		Probabilidade de perda	Depósitos judiciais 2020	Depósitos judiciais 2021	Quantidade 2020	Quantidade 2021	Valor provisionado 2020	Adições/atualização monetária 2021	Reclassificação do risco 2021	Pagamentos 2021	Reversão 2021	Valor provisionado 2021	Valor de Risco 2021
Obrigações tributárias			**152.861**	**151.952**	**16**	**15**	**119.925**	**9.354**	**-**	**-**	**(11.147)**	**118.132**	**118.132**
Programa de Integração Social -PIS/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(a), (g)	Possível	131.090	142.364	10	10	101.422	9.268	-	-	-	110.690	110.690
CSLL	(b)	Possível	13.781	-	1	-	11.147	-	-	-	(11.147)	-	-
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	(c)	Provável	6.309	6.379	2	2	7.356	86	-	-	-	7.442	7.442
Demais	(d)	Possível	1.681	3.209	3	3	-	-	-	-	-	-	-
Outras ações fiscais			**10.690**	**11.021**	**1**	**1**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**11.021**
Imposto Sobre Serviços - ISS	(e)	Remoto	10.690	11.021	1	1	-	-	-	-	-	-	11.021
Provisões trabalhistas	**(f)**		**4.965**	**3.485**	**164**	**208**	**20.807**	**10.311**	**1.221**	**(274)**	**(6.819)**	**25.246**	**40.567**
		Provável	4.291	3.439	86	104	20.807	10.311	1.221	(274)	(6.819)	25.246	25.246
		Possível	414	32	57	77	-	-	-	-	-	-	6.938
		Remoto	260	14	21	27	-	-	-	-	-	-	8.383
Provisões cíveis	**(f)**		**802**	**767**	**483**	**382**	**2.015**	**1.587**	**542**	**(364)**	**(968)**	**2.812**	**11.072**
		Provável	543	510	164	168	2.015	1.587	542	(364)	(968)	2.812	2.812
		Possível	-	-	156	102	-	-	-	-	-	-	454
		Remoto	259	257	163	112	-	-	-	-	-	-	7.806
Total			**169.318**	**167.225**	**664**	**607**	**142.747**	**21.252**	**1.763**	**(638)**	**(18.934)**	**146.190**	**180.792**

(a) A Seguradora impetrou medida judicial questionando a constitucionalidade da alteração da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) pela Lei nº 9.718/98. O processo aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal e a totalidade desse processo está devidamente provisionada como obrigação legal.
(b) Em 2015, a Seguradora impetrou ação judicial questionando o aumento da alíquota de contribuição social de 15% para 20%, em vigor a partir de setembro de 2015. Em função do transito em julgado da ação, sendo a Seguradora condenada, foi efetuado a compensação da provisão com o depósito judicial.
(c) A Seguradora é autora de ação judicial em que questiona a constitucionalidade da Lei Complementar nº 84/96, que determinou a incidência da contribuição previdenciária do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre pagamentos efetuados a pessoas físicas (corretores de seguros). O processo aguarda julgamento no Superior Tribunal de Justiça e os valores correspondentes aos encargos não recolhidos estão depositados em juízo e provisionados na sua totalidade.
(d) São valores registrados para a cobertura de possíveis riscos fiscais decorrentes de autos de infração lavrados contra a Seguradora.
(e) Ação Anulatória de Débito Fiscal, relativo ao ISS, com a desconstituição dos débitos fiscais objetos dos Autos de Infração, relativos a Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS") e demais encargos, relativos aos períodos compreendidos entre janeiro de 2007 e fevereiro de 2011 e de abril a dezembro de 2011. A ação em referencia continua tramitando na Câmara Municipal.
(f) As provisões de contigências prováveis são contabilizadas e as possíveis e remotas são apenas divulgadas. As provisoes cíveis são para cobrir as contingências relacionadas a danos contratuais e danos extracontratuais e as Trabalhistas compreendem a integralidade dos pedidos formulados pelo reclamante e discriminadas na petição inicial.
(g) Com a alteração da base de cálculo do PIS/COFINS pela Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, com vigência a partir de janeiro de 2015, passamos a discutir judicialmente a cobrança da COFINS sobre a receita relativa aos ativos destinados a cobertura das provisões técnicas.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
Em assembleia realizada em 30 de março de 2021, 30 de novembro de 2021 e 17 de dezembro de 2021, a Seguradora decidiu aumentar o capital social de R$ 556.249 para R$ 768.209 com a emissão de novas ações, ficando o capital representado por 736.136.954 (515.013.651 em 2020) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, mediante a capitalização dos juros sobre o capital próprio no montante de R$ 28.806, em março e aprovado pela SUSEP em julho e aumento de capital em dinheiro no montante de R$ 70.000 em novembro de 2021 e de R$ 113.154 em dezembro de 2021. Estes aumentos estão em processo de aprovação pelo regulador, classificados na rubrica "Aumento de capital em aprovação".
b) Reservas de lucros
A reserva de lucros é composta por duas reservas: a reserva legal e a reserva estatutária. A reserva legal é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e limitado a 20% do capital social realizado. A reserva estatutária é constituída pela parcela do lucro líquido remanescente após a constituição da reserva legal e das deduções legais, as quais incluem dividendos e juros sobre o capital próprio, sujeitas à deliberação da Assembleia Geral.
c) Outros
Ajustes de avaliação patrimonial estão compostos pelos ajustes referidos na nota explicativa nº 3.e), de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações, líquidos dos efeitos tributários. A variação entre os ajustes com títulos e valores mobiliários apresentados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 deve-se ao cenário de oscilação nas taxas de juros impactando a marcação a mercado dos títulos préfixados.
d) Dividendos/Juros sobre o capital próprio
O estatuto da Seguradora prevê a distribuição, a cada exercício, de um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado. A Assembleia Geral pode decidir pela diminuição da distribuição de lucros ou pela sua retenção total, de acordo com proposta da Diretoria. Em 2021, por conta dos prejuízos auferidos no referido exercício, a Administração está propondo a compensação dos prejuízos acumulados com as reservas de lucros, no pressuposto de sua aprovação pela AGO.

19. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

1a) Principais ramos de atuação

Ramos	Prêmios ganhos 2021	Prêmios ganhos 2020	Índice de sinistralidade - % 2021(i)	Índice de sinistralidade - % 2020	Índice de comissionamento - % 2021	Índice de comissionamento - % 2020
Vida em grupo	605.750	541.524	124	80	23	26
Acidentes pessoais coletivos	257.257	244.199	46	37	33	31
Acidentes pessoais individuais	30.356	17.152	6	28	41	46
Renda de eventos aleatórios	35.045	33.810	16	12	40	52
Prestamistas	126.799	115.086	41	22	67	57
Doenças graves e doenças terminais	48.054	32.559	26	20	41	49
Vida individual	45.117	43.388	30	14	232	125
Outros	8.850	9.663	114	48	47	33
Total	**1.157.228**	**1.037.381**				

(i) O aumento da sinistralidade para os os ramos de Vida em Grupo e Vida individual é devido as indenizações de Sinsitro COVID-19

1b) Principais ramos de atuação Líquido de resseguro

Ramos	Prêmios ganhos 2021	Prêmios ganhos 2020	Índice de sinistralidade - % 2021	Índice de sinistralidade - % 2020	Índice de comissionamento - % 2021	Índice de comissionamento - % 2020
Vida em grupo	576.310	516.978	120	80	25	27
Acidentes pessoais coletivos	250.422	238.329	44	37	34	31
Acidentes pessoais individuais	30.023	15.168	5	32	41	52
Renda de eventos aleatórios	34.931	33.809	16	12	40	52
Prestamistas	126.527	114.983	40	22	67	57
Doenças graves e doenças terminais	47.984	32.558	26	21	41	49
Vida individual	44.265	42.559	30	14	236	128
Outros	8.802	9.660	115	48	48	33
Total	**1.119.264**	**1.004.044**				

b) Sinistros ocorridos	2021	2020
Vida em grupo	(749.705)	(435.172)
Acidentes pessoais coletivos	(117.538)	(89.838)
Acidentes pessoais individuais	(1.747)	(4.832)
Renda de eventos aleatórios	(5.762)	(4.194)
Prestamista	(51.401)	(25.356)
Doenças graves e doenças terminais	(12.366)	(6.594)
Vida individual	(13.442)	(5.960)
Outros	(10.115)	(4.600)
Total	**(962.076)**	**(576.546)**

c) Custos de aquisição	2021	2020
Vida em grupo	(142.044)	(140.569)
Acidentes pessoais coletivos	(84.099)	(74.938)
Acidentes pessoais individuais	(12.442)	(7.950)
Renda de eventos aleatórios	(13.976)	(17.595)
Prestamista	(85.303)	(65.739)
Doenças graves e doenças terminais	(19.688)	(15.951)
Vida individual (i)	(104.652)	(54.399)
Outros	(4.199)	(3.228)
Total	**(466.403)**	**(380.369)**

(i) A variação do custo de aquisição se deve ao incentivo deste canal

d) Outras receitas e despesas operacionais	2021	2020
Despesas com administração de apólices	(4.988)	(5.577)
Despesas com encargos sociais	(1.046)	(1.398)
Despesas com excedente técnico	(12.188)	6.014
(Constituições)/reversões de provisões de créditos duvidosos	347	(614)
(Constituições)/reversões de provisões judiciais cíveis e trabalhistas	(10.604)	(8.504)
Despesas com capitalização	(10.562)	(8.655)
Outras receitas/despesas operacionais	(12.457)	(6.464)
Total	**(51.498)**	**(25.198)**

e) Resultado com resseguro		
Receita com resseguro	2021	2020
Indenizações de sinistros	60.669	26.158
Variação da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	6.769	(2.880)
Total	**67.438**	**23.278**
Despesas com resseguro	2021	2020
Prêmios com resseguro	(38.269)	(33.128)
Variação das despesas de resseguro	306	(209)
Total	**(37.963)**	**(33.337)**

f) Despesas administrativas	2021	2020
Despesas com pessoal próprio e encargos sociais	(101.366)	(103.507)
Despesas com serviços de terceiros e comunicação	(79.228)	(65.387)
Despesas com publicidade e propaganda	(26.917)	(13.807)
Despesas com depreciação e amortização	821	(4.853)
Despesas com locomoção	(310)	(847)
Despesas com expediente	(5.370)	(5.029)
Despesas com localização e funcionamento	(1.736)	(6.406)
Despesas com equipamentos	(820)	(563)
Rateio de despesas com empresa ligada (nota nº 21)	41.604	48.385
Outras	(804)	(465)
Total	**(174.126)**	**(152.479)**

g) Despesas com tributos	2021	2020
Despesas com ISS	(261)	(107)
Despesas com COFINS	(17.896)	(27.296)
Despesas com PIS	(2.944)	(4.437)
Taxa de fiscalização	(1.987)	(1.895)
Outros	(2.513)	(9.078)
Total	**(25.601)**	**(42.813)**

h) Resultado financeiro	2021	2020
Juros sobre ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (nota nº 7)	3.441	37.580
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda (nota nº 7)	185.249	180.636
Outras	2.867	2.333
Receitas financeiras	191.557	220.549
Encargos financeiros sobre provisões técnicas - Seguros	(72.703)	(21.234)
Encargos financeiros sobre provisões técnicas - Previdência	(14.535)	(29.967)
Outras despesas	535	(3.108)
Despesas financeiras	(86.703)	(54.309)
Resultado financeiro	**104.854**	**166.240**

i) Ganhos/perdas com ativos não correntes	2021	2020
Ativo intangível (i)	-	(3.489)
Total	**-**	**(3.489)**

(i) Em 2021, refere-se a baixa do ágio conforme descrito na nota 11b.

20. CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social estão conciliados para os valores registrados como despesa do exercício, conforme segue:

	2021 Imposto de renda	2021 Contribuição social	2020 Imposto de renda	2020 Contribuição social
Resultado antes dos impostos	(391.223)	(391.223)	13.929	13.929
Alíquota vigente	25%	15%	25%	15%
Expectativa de crédito/(despesa) de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	97.806	58.683	(3.482)	(2.089)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Juros sobre o capital próprio	-	-	8.472	5.083
Outros	(952)	(746)	(982)	(925)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**96.854**	**57.937**	**4.008**	**2.069**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(849)	(685)	(2.582)	(1.886)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	97.703	58.622	6.590	3.955

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As empresas do Grupo MetLife, representadas pela Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., MetLife Administradora de Fundos Multipatrocinados Ltda., MetLife Planos Odontológicos Ltda. e MetLife Inc., desenvolvem seus negócios sociais de forma integrada, compartilhando, inclusive, instalações, recursos humanos e outros insumos necessários para atingir os objetivos sociais. As transações entre partes relacionadas substancialmente decorrentes do rateio dessas despesas estão representadas por:

MetLife Administradora de Fundos Multipatrocinados Ltda. e MetLife Planos Odontológicos Ltda. (ligadas):	Ativo 2021	Ativo 2020	Receitas 2021	Receitas 2020
Contas a receber	1.885	2.782	-	-
Recuperação de despesa (i)	-	-	41.604	48.385
Total	**1.885**	**2.782**	**41.604**	**48.385**

(i) Referem-se a receitas decorrentes do rateio de despesas administrativas incorridas pela Seguradora que são rateadas e posteriormente reembolsadas. O rateio é, substancialmente, realizado com base no tempo de alocação dos profissionais que trabalham para as entidades jurídicas acima. Os vencimentos são mensais, subsequentes ao mês de apuração.

MetLife Inc. (controladora):	Passivo 2021	Passivo 2020	Despesas 2021	Despesas 2020
Contas a pagar	27.964	15.285	-	-
Despesas (i)	-	-	13.451	27.150
Total	**27.964**	**15.285**	**13.451**	**27.150**

(i) Referem-se a despesas decorrentes do rateio de despesas administrativas de sua controladora. As apurações e pagamentos são feitos mensalmente.
b) A remuneração do pessoal-chave da Administração, que compreende empregados que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Seguradora é composta, exclusivamente, de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 foi de R$ 12.744 (R$ 12.581 em Dezembro de 2020). A Seguradora não possui benefícios de longo prazo relativo a rescisão de contrato de trabalho, com exeção ao indicado na nota abaixo. A Seguradora possui remuneração baseada em ações da casa matriz (MET), a qual foi contabilizada como despesa na Seguradora no período findo em 31 de Dezembro de 2021, no montante de R$ 1.947 (R$ 539 em Dezembro de 2020). A correspondente provisão é baixada mediante ao pagamento aos executivos em caso de exercício destas remunerações.
c) A Seguradora é patrocinadora de plano de aposentadoria para seus funcionários, na modalidade de contribuição definida e estruturado no regime de capitalização, cuja contribuição da patrocinadora é efetuada de acordo com o percentual escolhido pelo participante, 100% da contribuição do participante, limitado ao teto de 8% do salário-base do participante. As contribuições para o plano durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, correspondem a R$ 2.103 (R$ 2.181 em Dezembro de 2020).
d) Benefícios pós-emprego
A Seguradora disponibiliza, como forma de benefícios rescisórios, assistência médica aos seus funcionários por período determinado, calculado mediante o tempo de serviço do funcionário, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria. Não existem outros benefícios pós-emprego.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Seguradora mantém seguros sobre seus bens nos seguintes montantes estabelecidos pela Administração da Seguradora:

Itens	Tipo de cobertura	Importância segurada
Edifícios, instalações, maquinismos, móveis, utensílios, mercadorias e matérias-primas	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações, máquinas e equipamentos e responsabilidade civil operações e empregador.	49.549
Responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O)	Pagamentos a títulos de perdas, devido a terceiros pela pessoa segurada decorrente de uma declaração.	76.235

a) Em 31 de dezembro de 2021, as obrigações por contratos de arrendamento mercantil, estão demonstrados abaixo :

Outros Valores e Bens - Ativo direito de uso	
Contratos de aluguéis de Imóveis	**2021**
Adições	12.675
(-) Depreciações	(3.238)
	9.437
Não Crirculante	9.437
Débitos diversos - Passivo de arrendamento	
Contratos de aluguéis de Imóveis	**2021**
Adições	12.675
(+) Juros	764
(+) Outros Ajustes	23
(-) Pagamentos	(3.975)
	9.487
Circulante	3.408
Não Crirculante	6.079

b) Composição acionária

Origem	ON	%	Total
MetLife International Holdings, Inc. EUA	490.722.304	66,6	490.722.304
Natiloportem Holdings, Inc. EUA	2.026	-	2.026
MetLife Worldwide Holdings, Inc. EUA	245.412.624	33,4	245.412.624
Total	**736.136.954**	**100**	**736.136.954**

No último nível de controle acionário a MetLife, Inc. é detentora de 100% das ações das acionistas da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. O código de comercialização da MetLife Inc., é MET, o qual é comercializado na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE).
c) Sazonalidade
Na condução normal de suas atividades, as demonstrações financeiras da Seguradora estão sujeitas a receitas e custos sazonais decorrentes da natureza de suas operações de seguros e previdência.
d) Transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa nas atividades de investimento e financiamento
A Seguradora em 2021 efetuou aumentou de capital com juros sobre o capital próprio no montante de R$ 28.806.
e) Eventos subsequentes
Em 15 de fevereiro de 2022, os acionistas da Seguradora efetuaram um aumentou de capital em dinheiro no montante de R$ 102.570.

Diretoria

Breno Gomes – Diretor-Presidente
Francisco Ignacio Espinoza Concha – Diretor Financeiro
Marcia Tiemi Takakura – Diretora

Controller

Tatiane Paula dos Santos – CRC 1SP274301/O-7

Atuário

Patricia Cristina Duarte – MIBA nº 2055

Contador

Marcos Antonio Klein – CRC 1SP225765/O-2

Parecer dos Atuários Independentes

Aos Conselheiros e Diretores da
Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.
São Paulo - SP
Escopo da Auditoria Atuarial
Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2021, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.
Responsabilidade da Administração
A Administração da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos atuários independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.
Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.
Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.
Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.
Outros assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências imateriais na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e/ou FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), em seus aspectos mais relevantes. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião.

Anexo I *(Em milhares de Reais)*

1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e crédito com resseguradores	**31/12/2021**
Total de provisões técnicas	2.238.061
Total de ativos de resseguro	21.662
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	59.506
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	**31/12/2021**
Provisões Técnicas auditadas (a)	2.238.061
Valores redutores auditados (b)	175.539
Outros valores redutores - Aplicações em FIEs (c)	712.957
Total a ser coberto (a-b-c)	1.349.565
3. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido	**31/12/2021**
Capital Base (a)	8.100
Capital de Risco (CR) (b)	255.988
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	255.988
4. Demonstrativo da Solvência	**31/12/2021**
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	300.851
Ajustes Econômicos do PLA	9.957
Exigência de Capital (CMR) (b)	255.988
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a -b)	44.863
Ativos Garantidores (d)	1.451.359
Total a ser Coberto (e)	1.349.565
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	101.794
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	**31/12/2021**
0929, 0969, 0977, 0980, 0981, 0982, 0983, 0984, 0986, 0987, 0990, 0991, 0993, 1329, 1377, 1380, 1381, 1383, 1384, 1386, 1390, 1391, 1601	5.000

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

KPMG
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48 - CNPJ: 02.668.801/0001-55

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

A Diretoria e Acionistas da **Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.**
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A Diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.
Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras
A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos, frequentemente, uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

Deloitte.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609 /O-8

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4